



As discussões sobre a política brasileira nos artigos de imprensa do Barão do Rio Branco: entre a Monarquia e a República (1865-1902).

RENATO CESAR SANTEJO SAIANI*

A proposição de qualquer análise sobre o Barão do Rio Branco deve levar em consideração as muitas leituras que já foram produzidas sobre o diplomata, todas com uma busca incessante por abordar novos aspectos, novas conjecturas ou nuances, como bem demonstra Luiz Felipe de Seixas Corrêa, “quanto mais se estuda o personagem, mais se imagina que pode estar faltando alguma coisa para a exata compreensão de todas as suas dimensões” (2002 p. 437). Sua atuação bem-sucedida no comando do Ministério das Relações Exteriores, entre os anos de 1902 e 1912, centralizou a atenção de seus observadores, gerando uma grande concentração de estudos sobre a definição do território nacional, a reformulação da diplomacia brasileira, as relações com os Estados Unidos e a Argentina, a construção da identidade nacional, entre outros tantos temas. Contudo, essa herança política acabou por eclipsar seu papel como historiador, jurista, geógrafo e articulista. Mais que isso, limitou o estudo de sua atuação ao espaço dos anos em que exerceu o cargo de ministro, deixando suas atividades ao longo da segunda metade do século XIX relegadas a um caráter secundário.

A pouca atenção sobre seus artigos de imprensa é um exemplo marcante de como alguns ângulos de suas atividades deixaram de ser esquadrihados pela historiografia, negligenciando, assim, a existência de uma gama de ideias, opiniões, críticas e discussões sobre o andamento interno do país e de como ele deveria se colocar internacionalmente. Assim, este trabalho tem por objetivo analisar a atuação e a produção do Barão do Rio Branco na imprensa, desde o início de sua trajetória, em 1865, até o momento anterior à sua chegada ao posto de ministro, em 1902, na busca por compreender como esse veículo foi utilizado por ele como um espaço aberto para intervenções junto à opinião pública no intuito de angariar apoio para suas concepções acerca da construção da política interna e externa do país.

É necessário destacar que Rio Branco produziu uma quantidade considerável de textos na imprensa, sobretudo nos periódicos do Rio de Janeiro, entre os quais destacam-se *A Nação*, *A Vida Fluminense*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz* e *A Notícia*. Por motivos óbvios não poderemos examinar a totalidade desse material, mas os artigos serão analisados

* Mestre em História – Doutorando – Programa de Pós-Graduação em História – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis. Bolsista CAPES.



de forma crítica, observando as orientações políticas de cada periódico, pois entendemos, em consonância com as ideias de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, que

a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação, de interesses e de intervenção na vida social, nega-se aquelas perspectivas que o tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (1980, p. XIX.)

Não podemos ignorar que Rio Branco também mantinha estreitas relações de amizade com numerosos jornalistas, editores e proprietários dos principais jornais do Rio de Janeiro, como assinala Álvaro da Costa Franco, ao analisar as correspondências de Paranhos:

Encontramos não somente as cartas de seu amigo e ex-companheiro de *A Nação*, Gusmão Lobo, mas entre outras, as que recebeu de José Carlos Rodrigues (*Jornal do Commercio*), Alcindo Guanabara (*A Tribuna*, *Gazeta de Notícias*, *A Nação* e *Jornal do Commercio*), Domingos Olympio Rodolfo Dantas (*Jornal do Brasil*), Tobias Monteiro, João Souza Lage e Eduardo Salamonde (*O Paiz*), Joaquim Pereira Teixeira (*A Nação*), Henrique de Villeneuve (*Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil* e, depois, revista *France-Brésil*), e Pedro Leão Velloso (*Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*) (2012, p.18)

Essa proximidade certamente facilitava a publicação e circulação de seus textos na imprensa, principalmente quando aliadas a orientação do próprio periódico, o que era recorrente nas publicações de Paranhos, que, no século XIX, transitava com destaque nos jornais conservadores e monarquistas. Assim, os discursos e representações definidos nos textos do Barão do Rio Branco inserem-se nessa perspectiva metodológica de observar a imprensa não como um agente alheio às discussões políticas que se desenvolvem em um determinado período, mas sim como integrante ativo do debate político e com poder suficiente para influenciar a opinião pública.

José Maria da Silva Paranhos Júnior foi espectador privilegiado dos anos de auge da ordem conservadora e pôde conviver de perto com os principais personagens do Império, sobretudo, com seu pai, o Visconde do Rio Branco. Durante sua infância e juventude viveu de acordo com o ciclo de atividades do seu pai, ora voltado para os negócios internos do país, ora presente no teatro político, diplomático e militar do Prata¹. Essa relação de proximidade com

¹ Entre os anos de 1852 e 1871 Juca Paranhos acompanhou o pai em três missões diplomáticas na região do Prata. Além disso, após se formar em Direito, fazendo parte do curso em Recife e outra em São Paulo, assumiu cargos interinos de professor no Colégio Pedro II e de promotor na cidade de Friburgo, até, por influência do pai,

as práticas governamentais do período foi fundamental para moldar seus interesses políticos e intelectuais, além de possibilitar a sua promoção a alguns cargos oficiais². Porém, essas funções foram transitórias e pouco apreciadas por Paranhos, que via na sombra de seu pai, no desinteresse pela política partidária e na atração por outros campos, principalmente pela História, obstáculos para a sua manutenção nos cargos políticos ou de confiança.

Para além dessas questões Juca Paranhos tinha um meio de expressão política e intelectual que esteve presente ao longo de quase toda sua trajetória: a imprensa. Ainda durante o período de estudante de Direito, em Recife, o hebdomadário ultraconservador *O Vinte Cinco de Março*, editado pelo Monsenhor Pinto de Campos, amigo íntimo da família Paranhos³, publicou durante meses o ensaio denominado “Estudo sobre a Política do Brasil no Prata”, que tratava das relações políticas que atuavam nesse território e que, posteriormente, culminaram na Guerra do Paraguai. Embora o ensaio não viesse acompanhado de assinatura a autoria foi creditada a Paranhos, principalmente pelo grande conhecimento e apreço pelo desenvolvimento da diplomacia brasileira no Prata, grande parte dela construída por seu pai. (VIANA FILHO, p. 1959, p. 30-31).

Foi com o início da Guerra contra o Paraguai que Paranhos ingressou em definitivo na produção jornalística. Entre 1865 e 1870 tornou-se representante e correspondente de *L'Illustration*, revista parisiense de circulação mundial, na qual produzia análises históricas sobre as desavenças que se espalhavam no contexto sul-americano e que levaram ao conflito no Paraguai, além das descrições das últimas batalhas, desenhos e mapas, ou seja, todo um apanhado dos acontecimentos em que “se destacavam o seu senso de oportunidade, a linguagem adequada e a ciência da informação jornalística” (LINS, 1965, p. 35). Seus textos exaltavam as ações militares e políticas do Império, em uma clara tentativa de atrair simpatias para a causa brasileira, principalmente junto aos países europeus. Congregava, assim, duas atividades que permearam e influenciaram seu desenvolvimento no campo político: como historiador, ele analisava os antigos conflitos no Prata, como jornalista, apresentava e discutia os episódios contemporâneos da guerra contra o Paraguai.

se eger deputado pela província de Mato Grosso, área nunca visitada pelo jovem Paranhos (SANTOS, 2012, p.64)

²Assumiu cargos interinos de professor no Colégio Pedro II e de promotor na cidade de Friburgo, ate, por influência direta do pai, se eger deputado pela Província de Mato Grosso (SANTOS, 2012, p.64).

³Segundo a descrição de Luiz Viana Filho, o Monsenhor Pinto de Campos era um “espírito exaltado, culto, autor de uma tradução da *Divina Comédia*, deputado por Pernambuco até a última legislatura, tornara-se íntimo da família Paranhos” (1959, p. 28). Teve participação ativa na transferência de Juca Paranhos para Recife, onde terminou a faculdade de Direito, e apadrinhou o jovem em sua trajetória na atuação política e jornalística nos anos passados na capital pernambucana.



A identificação desta atividade de correspondente estrangeiro não é de fácil definição, como aponta Álvaro da Costa Franco, pois Paranhos “publicou muitas vezes sob pseudônimos, provavelmente editados pela revista, que dispunha de outras fontes de informação, essas reportagens alinham-se com numerosos outros textos da provável autoria de Rio Branco” (2012 p.22) Contudo, alguns desses textos possuíam a assinatura de Paranhos e traziam a marca de sua análise das questões militares da guerra contra o Paraguai, a exemplo do excerto abaixo:

Acontecimentos do Paraguai – Tomada do forte Establecimiento

Ao diretor

Rio de Janeiro, 1º de março de 1868

Desta vez, as notícias da Guerra do Paraguai têm importância decisiva. A passagem de Humaitá por uma divisão encouraçada da esquadra brasileira, passagem declarada impossível por vários oficiais das Marinhas estrangeiras, coloca a Marinha brasileira, já muito apreciada depois da Batalha de Riachuelo, ao lado das mais gloriosas Marinhas do mundo (...) De outra parte, a tomada do forte *Establecimiento* pelo marechal Caxias tornou insustentável a posição de Lopez (...) Tudo faz crer que a guerra terminará dentro de um mês ou mesmo mais cedo (PARANHOS JÚNIOR Apud. ASSUMPÇÃO, 1945, p. 11-12)

O texto segue com a publicação de dois desenhos sobre o território do Paraguai e um retrato do almirante Visconde de Inhaúma, do qual Paranhos faz uma pequena biografia laudatória, e ressalta que já foi enviado para a revista um retrato do Marechal Caxias. Observa-se que Paranhos possuía um considerável conhecimento sobre as ações militares brasileiras, o que pode ser explicado pela sua dedicação e paixão pelo estudo das questões militares, além do seu trânsito entre grandes figuras da política e do Exército. Construía uma imagem vencedora, por vezes precipitada, nas ações contra o Paraguai, incentivada, em alguns momentos pelo seu entusiasmo e jovialidade, mas que cumpriam a função de fortalecer a imagem brasileira no contexto internacional, principalmente se levarmos em consideração que, segundo Roberto Assumpção, suas informações eram de grande utilidade para o desenvolvimento da análise política da revista que se apoiava nesses dados e “quando Rio Branco, em 1867, interrompeu a colaboração (provisoriamente), logo se verificou brusca mudança na orientação daqueles comentários fazendo-se sentir a influência de notícias de outra procedência.” (ASSUMPÇÃO, 1945, p. 13).

O fim da Guerra do Paraguai permitiu um grande crescimento da família Paranhos no cenário político do Império. Inicialmente, por seus serviços prestados, José Maria da Silva Paranhos foi agraciado com o título de Visconde do Rio Branco, elevava-se, assim, ao patamar da elite política e social do império, situação que sua herança familiar e suas condições financeiras sempre problemáticas não sustentariam sem o apoio de um título. Pouco



tempo depois, em março de 1871, o Visconde atingiu o auge de sua carreira política ao assumir a chefia do Gabinete Ministerial. Iniciou um amplo programa de reformas que se apropriavam de ideias liberais, buscando modernizar a política brasileira e, ao mesmo tempo, fortalecer a ordem conservadora que se encontrava em declínio. Essa postura aparentemente conciliadora do Visconde do Rio Branco sofreu inúmeras críticas e enfrentou dura resistência, inclusive nas fileiras do Partido Conservador (SANTOS, 2012, p. 65).

Em meio a essa conturbada situação política Paranhos Júnior colocou-se como linha auxiliar da política de seu pai. Para isso utilizou a imprensa como meio de divulgar suas ideias e participar dos debates suscitados nas páginas dos principais jornais do país. É com o surgimento de *A Nação*, em 1872, que Juca Paranhos, juntamente com seu amigo e redator Gusmão Lobo, desenvolveu um periódico ligado ao gabinete e patrocinado pelo Partido Conservador e que tinha por função se opor às críticas de outros jornais cariocas, como *A Reforma*, ligado ao Partido Liberal, o *Diário do Rio de Janeiro*, dirigido por Saldanha Marinho, e *O Globo*, que divulgava as ideias antimonarquista de Quintino Bocaiúva. No artigo de fundo de sua apresentação o periódico justificava sua posição conservadora com base nas conquistas atingidas em períodos de governo desse partido, como a extinção do tráfico de escravos, as vitórias contra Rosas e Oribe, a conquista da livre navegação no Prata, a conclusão da Guerra do Paraguai, entre tantos outros (CARDIM, 1945, p.125).

Paranhos ficava encarregado de escrever o artigo de fundo e dividia com Gusmão Lobo a responsabilidade acerca dos artigos dedicados à política interna e a defesa das medidas do gabinete do Visconde. Desses artigos surgiram discussões sobre a recém-aprovada Lei do Ventre Livre, a imigração, a reforma judiciária, a reforma educacional, a implantação do telégrafo, o desenvolvimento da estrada férrea, a reorganização naval, e outras diversas medidas. Debatiam de forma veemente e, em alguns casos, com agressividade os periódicos liberais, sobretudo, *A Reforma*, rechaçando suas críticas ao gabinete conservador:

Sem título

Ano I, número 47, terça-feira, 27 de agosto de 1872.

O Visconde do Rio Branco ainda não pediu exoneração! Eis o fato terrível, que punge e dilacera o *clube de A Reforma*. Eis o constante pesadelo dos liberais, cegos a ponto de não verem que uma alteração ou mudança de gabinete em nada lhes aproveitará.

Nutrisse a folha *democrática* bons desejos pela felicidade pública e outra seria sua linguagem, pois, em verdade, em zelo, patriotismo, fé de alma e força de vontade nenhum ministério levou sobranceira ao atual. No entanto, não é isso que convém a adversários despeitados e exigentes, ao passo que descem aos maiores insultos e mendigam favores.

Uma vez que o venerando senhor Visconde do Rio Branco não se presta a transações ilícitas e que nada o faz mudar do rumo que tem sempre seguido, é natural que se

torne o alvo preferido para todos os doestos motivados pelos interesses contrariados e pelas paixões em ebulição.

Ambiciosos vulgares, políticos sem ideias, homens sem crenças, os escritores do órgão liberal trabalham por sua própria ruína, desconceituando-se de mais, se é possível descer ainda além do nível em que já está *A Reforma*.

O país não vive adstrito às conveniências dos grupos, em prejuízo dos grandes interesses sociais: juízos temerários, invectivas constantes e uma eterna jeremiada de imprecisões babais não podem constituir as regras pelas quais devem guiar-se povos bem-intencionados e desejosos de progredir. (A NAÇÃO apud PEREIRA, 2012, p. 72-73)

Apesar da participação ativa nos artigos sobre política interna, era da preferência de Paranhos escrever sobre as questões externas, com ênfase nas relações entre o Brasil e os países do Prata. Publicou diversos textos analisando as relações com a Argentina, os limites com o Peru, a imprensa no Rio da Prata e sobre a definição dos Tratados de Assunção, assinados em 1872 com o Paraguai para a regulamentação das relações e dos limites fronteiriços entre os países no pós-guerra. Sobre este último lançou uma série de três artigos, entre os dias 17 e 19 de setembro de 1872, combatendo as críticas feitas pelo liberal *A Reforma* de que o Brasil não poderia tratar de questões de limites com o Paraguai sem antes consultar a Argentina, Paranhos recorria ao patriotismo para defender as medidas do governo e a diplomacia brasileira.

Os Tratados de Assunção I

Ano I, número 13, quarta-feira, 17 de julho de 1872.

Esta indiscrição dos propagandistas da democracia, no cumprimento das ordens do seu chefe e mestre, constrangem-nos – com toda a franqueza o dizemos. Tendo de falar a tão grande vulto, receamos que a linguagem não seja a mais apropriada, que a argumentação possa parecer formulada sem todo aquele respeito e acatamento devido a sua excelência *que nunca sorri*. Como quer que seja, porém, é força apreciar as considerações do distinto publicista porque corre-nos o dever, como jornalistas do Partido Conservador, de não deixar indefeso, quando injustamente acusado, o governo que o mesmo partido apoia e sustenta. Demais, quando os órgãos liberais e republicanos nesta corte não fazem senão censurar o governo do seu país e animar as pretensões estrangeiras é justo que os conservadores, fiéis às suas tradições, se mostrem mais patriotas (PARANHOS JÚNIOR apud PEREIRA, 2012, p. 34)

A crise financeira e a falência do Banco Mauá levariam o Visconde do Rio Branco a deixar o governo, em 1875, após uma série de críticas e alegações feitas pela oposição liberal a sua conduta no momento de adversidade. O fim do Gabinete Conservador levou também ao fim do *A Nação*, em 1876. Ainda em 1875, Paranhos escreveu uma série de crônicas para o semanário ilustrado *Vida Fluminense*, na qual utilizava o pseudônimo *Nemo*, pois a despeito de se debruçar sobre um gênero mais leve, a tônica política e a defesa do Partido Conservador não estavam ausentes em seus textos:

Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 374, 27 de fevereiro de 1875.

A carta escrita ao *Jornal do Commercio* pelo seu correspondente do rio da Prata começa sua bulha entre nós. Não faltam apreensões, *O Globo* já vê guerras no horizonte, e os especuladores começam a aproveitar o ensejo para lardear minhocas na cabeça dos incautos.

À República Argentina não convém, por forma alguma, entrar hoje em novas guerra. O comércio daquele país não sofreu pouco com a questão Mitre-Avellaneda, e a colonização, que em tão vasta escala demandava o solo platenses, teve sensível diminuição nos meses decorridos de novembro para cá. Lucrou com isso o Brasil, onde se refugiaram muitos colonos europeus, que, em outubro passado, esmolavam nas ruas de Buenos Aires, por falta absoluta de trabalho.

É, pois de se esperar que a diplomacia ponha termo às questões entre o Brasil e a República Argentina e que o governo do imperador, embora resolvido a não deixar calcar os pés a dignidade do Império, saiba conduzir-se nesta emergência com o tino e a prudência de que tão veementes provas tem dado nos quase quatro anos de sua inteligente administração (NEMO Apud. PEREIRA, 2012, p. 277)

O fim do Gabinete Rio Branco e, conseqüentemente, do *A Nação* levaram Juca Paranhos a seguir outros caminhos e aspirações. O contato direto com as questões diplomáticas desenvolvidas por seu pai influenciaram no seu desejo por assumir um cargo desse gênero. Com a abertura de uma vaga em Liverpool, Paranhos vislumbrou a possibilidade de concretizar essa ambição, mas não antes de enfrentar as restrições de D. Pedro II contra a união que contraíra com a artista belga Marie Stevens⁴. Após um intenso debate e a mobilização de figuras de peso da política brasileira, como Duque de Caxias e o Barão de Cotegipe, em favor de Paranhos, sua nomeação para o cargo de Cônsul em Liverpool foi efetivada em maio de 1876. Iniciava-se um longo período de afastamento do território e da imprensa brasileira, mas sem perder de vista as notícias e artigos que, na Europa, discutiam as questões do país de origem, a exemplo do editorial que publicou no *Liverpool Daily Post*, a propósito da abolição da escravatura, traduzido e transcrito pelo *Jornal do Commercio* de 29 de junho de 1888 (FRANCO, 2012, P. 23). O distanciamento físico da pátria permitiu que dela se aproximasse pelo estudo da história e pela pesquisa de documentos relativos ao Brasil disponíveis no exterior e que seriam de suma importância para explicar seu êxito posterior nas negociações para a definição das fronteiras nacionais e para o melhor conhecimento dos países sul-americanos (CORRÊA, 2002, P. 452).

Durante o período de afastamento de Paranhos do território brasileiro uma série de mudanças políticas e sociais atingiu o país, destacadamente após a proclamação da República.

⁴ De acordo com Álvaro Lins, ao imperador “devia lhe causar horror a vida boêmia de Juca Paranhos, ampliada em lendas que circulavam no próprio Paço. Era reconhecido também o rigor com que o Imperador fiscalizava as nomeações para o serviço no estrangeiro e a Cotegipe lembrava D. Pedro II a ‘vida irregular’ do candidato”. Essa desconfiança se dava, além da boemia de Juca Paranhos, ao seu relacionamento com Marie Stevens, sua futura esposa, uma artista de teatro não muito bem aceita pelos preconceitos sociais da época (LINS, 1965, p. 80-83)



A alteração na forma de governo abriu caminho, segundo Angela Alonso, para “uma ‘nova sociedade’, na qual grupos cuja ascensão social ou negócios estavam bloqueados pelo funcionamento letárgico do sociedade desabrocharam” (2009, p. 135), acentuadamente os cafeicultores do Oeste Paulista, assim como negociantes, financistas e empresários que cresceram com os incentivos da política econômica desenvolvida por Rui Barbosa. Na balança do poder o crescimento dessa “nova sociedade” causou o declínio de alguns estratos sociais ligados ao Império, como a velha aristocracia fundiária do Vale do Paraíba, a aristocracia burocrática, que vivia de empregos na máquina do Estado, e da aristocracia de corte, que perdeu sentido na ausência de um rei. Formaram-se, assim, grupos insatisfeitos, dos quais destacamos aqueles que ficaram conhecidos com “monarquistas de pena” (ALONSO, 2009, p. 136) que utilizavam os impressos como expediente para manifestar seu desagrado, publicando uma série de ensaios, romances e manifestos que enalteciam o regime deposto em detrimento do sistema republicano.

A imprensa também se apresentava como campo propício para que os monarquistas se manifestassem em relação a República. É nesse momento que o Barão do Rio Branco volta a figurar nas páginas dos periódicos brasileiros, principalmente com o surgimento do *Jornal do Brasil*. Fundado em 9 de abril de 1891, por Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco, o periódico afirmava-se com o dever de fiscalizar os abusos do poder, acima das convicções ideológicas sem, contudo, conseguir esconder sua tendência monarquista. Rio Branco, após responder ao convite de Rodolfo Dantas, passou a integrar o corpo editorial do periódico, selecionando os correspondentes estrangeiros e efetuando os pagamentos devidos, com os recursos enviados pelo proprietários do jornal (FRANCO, 2012, p. 20).

Além da função editorial-administrativa, Rio Branco tinha uma contribuição quase diária com a publicação das *Efemérides Brasileiras*. Tais textos são o melhor registro do caráter meticolosos e sistemático das pesquisas históricas feitas por Rio Branco, com o levantamento de dados, fatos, personagens e eventos da história brasileira. Voltava a integrar o ofício de historiador com o de jornalista. Era uma História que seguia devidamente o estilo dessa produção em fins do século XIX, a exemplo do que escrevem Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes

Período de constituição da própria disciplina histórica, lastreada em boa parte nos institutos históricos e geográficos, tratava-se de estabelecer fatos, datações e documentos privilegiados para consolidar o que se esperava que viesse a ser uma história plenamente científica. Escassas dúvidas pairavam sobre o papel central da personalidade dos grandes líderes e estadistas, e os temas históricos giravam em

torno de batalhas, relações internacionais, decisões ou hesitações dos ocupantes dos principais postos políticos (2012, p.55)

A leitura das *Efemérides Brasileiras* permitia observar as descrições e comentários sobre as datas em que se registraram eventos relevantes para a obra da definição de fronteiras, assim como para a história de nossas relações com os vizinhos do sul e as minúcias dos eventos militares, que suscitavam um interesse apaixonado do Barão do Rio Branco. Transparecia também, em tempos de República, uma exaltação de figuras e fatos do período Monárquico, sobretudo, os grandes nomes da política, como o do Visconde do Rio Branco e do imperador D. Pedro II, assim como de figuras relevantes do campo militar, a exemplo do Duque de Caxias.

Além das *Efemérides Brasileiras*, Rio Branco produziu outros textos para o *Jornal do Brasil*, entre os quais se destaca a série de artigos denominados *Cartas de França*, com o pseudônimo Ferdinand Hex, na qual publicou notícias e opiniões sobre a morte e as cerimônias fúnebres de D. Pedro II, demonstrando sempre uma reverência ao antigo imperador e apresentando algumas restrições aos republicanos:

Jornal do Brasil
22 de dezembro de 1891
Cartas de França
Paris, 5 de dezembro de 1891.

O príncipe ilustre, que durante meio século esteve à frente do governo de um povo livre, foi a brilhante e gloriosas personificação da pátria brasileira, acaba de descansar em terra estrangeira, nos modestos aposentos que ocupava em um hotel de terceira ordem. Foi à 00h29 desta madrugada que aquele grande coração deixou de pulsar.

Pela profunda dor que a triste notícia tem causado nesta grande capital, avalio bem a impressão que terá produzido a esta hora no povo brasileiro. (FERDINAND HEX Apud PEREIRA, 2012, p. 368-369).

Essa ação elogiosa a D. Pedro II, justificava a utilização do pseudônimo, pois o monarquismo apresentado pelo *Jornal do Brasil* e visto com suspeita pelo governo republicano, obrigava Rio Branco a manter seu anonimato, tanto por temer a perda seu cargo como Cônsul, mantido pelo governo republicano, quanto das reações dos exaltados jacobinos, que, ainda no final de 1891, invadiram e depredaram a redação do *Jornal do Brasil*, levando Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco a saírem do periódico.

O advento da república veio acompanhado de uma política exterior que tinha por intenção apagar a definição de que o Brasil era o “diferente” na América por ter mantido até então instituições monárquicas e mais ligações com o concerto europeu do que com o continente americano (BUENO, 1995, p. 23). Com isso o tema das fronteiras passou a ocupar



o centro das atenções da política externa brasileira, situação que se destaca quando observamos que o Brasil tinha suas fronteiras definidas apenas com o Paraguai e a Venezuela.

A primeira das questões territoriais a serem encaminhadas envolvia o território de Palmas, disputada pelo Brasil e Argentina, e que vinha sendo protelada desde a década de 1880. O Governo Provisório, ansioso por dar provas da solidariedade americana, assinou em janeiro de 1890, por meio de um acordo entre Quintino Bocaiúva e Estanisláo Zeballos, o Tratado de Montevideú, que dividia, igualmente, o território em litígio entre os dois países. A decisão era claramente desfavorável ao Brasil, pois percebia-se uma cessão territorial indevida, gerando, assim, desagrado na opinião pública e no Congresso Nacional que optou por não ratificar o acordo. Recorreu-se então ao arbitramento do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland.

Em 1893, o Barão do Rio Branco foi indicado para defender a posição brasileira em Washington e com reconhecida habilidade desempenhou com eficiência seu papel de advogado da causa brasileira. Em consequência, o laudo do Presidente Cleveland, em 1895, confirmou em sua plenitude o direito do Brasil na posse do território. A vitória elevou Rio Branco a um alto nível de reconhecimento nacional e o credenciou a representar o Brasil em outros litígios fronteiriços. Ainda em 1895, passou a preparar a defesa da posição brasileira na questão de limites com a Guiana Francesa, tendo dessa vez a Suíça sido indicada como árbitro. O laudo, definido no final de 1900, atendeu aos anseios e pretensões brasileiras e praticamente todo o território em litígio ficou com o Brasil.

Os longos períodos dedicados ao estudo e defesa das questões de limites reduziram sobremaneira sua contribuição na imprensa. Contudo, isso não significa que Rio Branco não figurava nas páginas dos principais periódicos do país, que exaltavam quase diariamente sua capacidade e habilidade na manutenção do território nacional. Ascendia ao status de herói nacional e suas ações vitoriosas representavam um elemento de fundamental importância para a afirmação do discurso e da legitimidade do governo republicano em bases plenamente nacionalistas, como assevera Rubens Ricupero:

A verdade é que foi Rio Branco quem legitimou a república com suas vitórias nas arbitragens de Palmas (1895) e do Amapá (1900), pois, até então, o novo regime só conhecera desastres: o Encilhamento, os golpes militares, as lutas da época de Floriano, os degolamentos e fuzilamentos sumários no Sul, a Revolução Federalista, a Revolta da Armada, a Rebelião de Canudos e o massacre inglório com que terminou. Depois do quase meio século de estabilidade e paz civil do Império, os primeiros êxitos legitimadores da República vieram pela mão de um monarquista (RICUPERO, 2002, P. 452)



Pouco tempo depois o Barão do Rio Branco era nomeado Ministro das relações Exteriores e foi recebido no Rio de Janeiro por uma multidão que o considerava um verdadeiro herói nacional (LINS, 1965, p. 250-255). Contudo, essa exaltação e calma não seriam duradouros, pois Paranhos tinha como tarefa urgente solucionar a crise no Acre, questão cuja complexidade envolvia não só as relações com a Bolívia, mas também com o Peru, além da preocupação com a repercussão nos Estados Unidos e com o destino dos brasileiros radicados na região acreana. Além disso, era preciso definir fronteiras com a Holanda, Colômbia, Peru e o Uruguai, controlar as sempre conturbadas relações com a Argentina, consolidar a aproximação com os Estados Unidos e responder às desconfianças e críticas que vinham dos republicanos contra sua antiga atuação nas fileiras monarquistas e dos monarquistas que não aceitavam sua relação estreita com o governo republicano. Para isso a imprensa foi fundamental, principalmente os periódicos *Jornal do Commercio*, *O Paiz* e *A Notícia*, que vinculavam com frequência textos escritos por Rio Branco, em sua maioria anônimos ou assinados com pseudônimos, que defendia a execução e evolução de sua política externa.

O Barão do Rio Branco ocupa na história do Brasil um espaço dedicado aos seus grandes personagens. Mais ainda, ocupa uma posição de unanimidade que o elevou à categoria de mito fundacional da diplomacia brasileira e de personagem histórico irrepreensível. Contudo, atingir o auge de sua carreira foi um processo lento e alcançado apenas com a sua nomeação para o cargo de Ministro das Relações Exteriores do governo Campos Sales, em 1902. Rio Branco foi promovido ao ministério já em uma idade madura e com um respeitável lastro de vitórias obtidas em litígios internacionais. Contudo, sua atuação durante o século XIX não se limitou aos cargos exercidos na Câmara dos Deputados, nos cargos diplomáticos ou na defesa das fronteiras brasileiras, mas também por meio de uma considerável produção de artigos na imprensa. A vinculação do Barão do Rio Branco com a imprensa da segunda metade do século XIX representava um permanente contraponto à sua atividade política, permitindo uma livre exposição de suas opiniões e críticas acerca da inserção e consolidação do Brasil no cenário internacional, mas também discussões sobre a política interna e de como ele pensava as instituições monárquicas e republicanas. Para afirmar sua posição em relação às questões políticas que movimentavam esse período, Paranhos não poupou recursos de habilidade, simpatia e inteligência na construção de uma



verdadeira rede de sociabilidade com os proprietários, editores e jornalistas dos principais periódicos do Rio de Janeiro. Dessa forma, percebe-se que a imprensa e Rio Branco formaram uma aliança bem-sucedida e que contribuiu para a enriquecer as discussões políticas que fervilhavam ao longo do século XIX.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. *Novos Estudos – CEBRAP*. 2009, n.85, p.135.

ASSUMPÇÃO, Roberto. Rio Branco e L'Illustration. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 188, jul.-set. 1945, p. 11-13.

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora UNESP. 1995

CAPELATO, Maria Helena e PRADO; Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1980.

CARDIM, Elmano. A imprensa na vida e na obra de Rio Branco. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 188, jul.-set. 1945, p. 123-137.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. O Barão do Rio Branco e a política do Brasil no Prata – uma visão brasileira. In CARDIM, Carlos Henrique e ALMINO, João. *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

FRANCO, Álvaro da Costa. Apresentação. In PEREIRA, Manoel Gomes (org.). *Obras do Barão do Rio Branco X: artigos de imprensa*. Brasília: FUNAG, 2012.

LINS, Álvaro. *Rio-Branco (O Barão do Rio Branco)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 55-71.

RICUPERO, Rubens. Rio Branco, definidor de valores nacionais. In CARDIM, Carlos Henrique e ALMINO, João. *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002.



PEREIRA, Manoel Gomes (org.). *Obras do Barão do Rio Branco X: artigos de imprensa*. Brasília: FUNAG, 2012.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira*. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.0